INSPER

PROGRAMA AVANÇADO EM GESTÃO PÚBLICA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental no Paraná

Stael Borges Campos

São Paulo

Dezembro de 2020

Stael Borges Campos

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental no Paraná

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao programa Avançado em Gestão Pública do Insper como requisito parcial para a obtenção do título de pós-graduada em gestão pública

Orientador: Profª. Marina de Cuffa

Banca Examinadora

_____

Profª Marina de Cuffa – INSPER

_____

Prof. David Kallas - INSPER

_____

Prof. Danilo Leite Dalmon

Campos, Stael Borges.

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental no Paraná

Stael Borges Campos. – São Paulo, 2020.

53 f.

Pós-Graduação – Insper, 2020

Orientadora: Profª Marina de Cuffa

1. Implementação de política pública. 2. Regime de Colaboração. 3. Educação Básica. 4.Referencial Curricular 5. Formação de Professores.

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo de caso sobre a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma política pública de educação de âmbito nacional. Será analisada a execução da proposta de implementação realizada pelo estado do Paraná. Descreve-se a proposta de estratégia de implementação bem como sua execução realizada pelo estado durante a vigência do programa. São observados os pontos que representam as forças e fraquezas no âmbito de um regime de colaboração. Este trabalho quer ilustrar a importância de ampliar ações em regime de colaboração para o setor de educação pública, bem como apresentar critérios e eixos norteadores que podem ser considerados ao definir essa forma como a governança a ser adotada. Estimula-se também reflexões sobre os objetivos que busca-se alcançar, e oferece-se ao final uma proposta de ferramenta diagnóstica para verificar se os critérios de um regime de colaboração conseguiram ser alcançados.

Palavras-chave: Implementação de política pública; Regime de colaboração; Educação Básica, Referencial Curricular; Formação de professores.

ABSTRACT

This paper presents a case study about the implementation of Common National Curricular Base (BNCC), a national educational public policy. The execution of the implementation by Paraná state will be analysed. The implementation strategy is described and also its execution done by the state 's team during the period of the program. It 's observed the strengths and weaknesses in a collaboration regimen. This work aims to illustrate the importance of amplifying the development of collaboration regimen to the public education sector, and also present the criteria that can be considered to define this way as the governance form to be adopted. The reflexions to the desired goals are stimulated, and in the end is offered a diagnostic tool to help in the verification about the accomplishment of the collaboration regimen criteria.

Key-words: Public policy implementation; collaboration regimen; basic education; curricular reference; teachers formation.

GLOSSÁRIO

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CEE - Conselho Estadual de Educação

CONSED - Conselho Nacional dos Secretários de Educação

MEC - Ministério da Educação

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

ProBNCC - Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular

SEED - Secretaria de Educação e do Esporte do Paraná

UNCME - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação

UNDIME - União Nacional Dos Dirigentes Municipais de Educação

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Diagrama de Governança Colaborativa 15

Figura 2 - Organograma nacional ProBNCC 21

Figura 3 - Organograma da equipe de implementação do Paraná 22

Figura 4: Planejamento das ações durante o Ciclo I do ProBNCC 23

Figura 5 - Graus de institucionalização do regime de colaboração 24

Figura 6 - Estrutura da formação continuada de professores 29

Figura 7 - Esquema Informativo - Formação Conexão Professor em Ação - Anos Finais - Rede Estadual 30

Figura 8 - Esquema Informativo - Formação Conexão Professor em Ação - Educação Infantil e Anos Iniciais - Redes Municipais 30

Figura 9 - Resultados do Ciclo II - Formação de Professores e Revisão dos PPs 34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de Regime De Colaboração 16

Quadro 2 - Forças e Fraquezas em um Regime de Colaboração 17

Quadro 3 - Critérios para número de formadores multiplicadores nas redes municipais 32

Quadro 4 - Ferramenta diagnóstica para avaliação do regime de colaboração 40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **9**

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA **11**

Regime de Colaboração 14

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA POLÍTICA **19**

Contextualização 19

Definição da estratégia de implementação no local 20

Ciclo I - Elaboração de um documento Referencial Curricular Local 21

Análise do regime de colaboração no Ciclo I 25

Ciclo II - Formação dos professores 28

Resultados alcançados Ciclo II - Formação de professores 33

Análise do regime de colaboração no Ciclo II 35

Continuidade e Acompanhamento da política 38

Materiais didáticos 38

Avaliação e acompanhamento de aprendizagem 38

PROPOSIÇÕES **38**

CONCLUSÃO **42**

REFERÊNCIAS **43**

ANEXOS **45**

INTRODUÇÃO

O trabalho descreve o processo de definição da estratégia e execução para a implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, feita pela equipe do estado do Paraná, dentro do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC)[1]. Por se tratarem de etapas de ensino cujas mantenedoras são instituições distintas, sendo a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental dos municípios, e os Anos Finais do Ensino Fundamental de responsabilidade do estado, uma equipe de governança híbrida com representantes de ambas as instituições foi montada. Este trabalho descreve e analisa como foi o desenvolvimento desse processo, uma iniciativa pioneira de implementação de uma política de educação nacional, acontecendo em todos os estados brasileiros de forma concomitante nesse modelo. Tem-se por objetivo entender os desafios desse modelo, com a diversidade de variáveis que são fatores que influenciam no alcance das ações propostas. Como proposição final, são apresentados possíveis pontos que poderiam contribuir para ampliar a clareza nas decisões que busquem garantir continuidade nas políticas.

Para abordar o tema ao qual o trabalho se propõe, são desenvolvidos quatro aspectos. O primeiro, uma apresentação do framework teórico que será utilizado para fazer a análise a respeito de regimes de colaboração, considerando a literatura escolhida como base. Segundo,uma narrativa dos ciclos de implementação do ProBNCC no Paraná. Para ampliar as perspectivas da narrativa do momento da implementação, foram feitas entrevistas com integrantes da equipe implementadora, com destaque para os coordenadores estaduais Consed e Undime, que foram os principais responsáveis pelas definições estratégicas, Cassiano Roberto Nascimento Ogliari, que representou a Secretaria da Educação e do Esporte - SEED-PR em 2018, enquanto atuou como chefe do Departamento de Educação Básica e Marli Regina Fernandes da Silva, atuando como coordenadora estadual pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime PR durante 2018 e 2019,

[1] O ProBNCC foi instituído pela Portaria MEC n. 331, de 05 de abril de 2018.

em sua posição como presidente da Undime PR. Também estão apresentados os documentos de resultados produzidos tanto pela SEED PR, quanto pelo Ministério da Educação - MEC para desenvolvimento das conclusões obtidas.

A terceira e mais importante parte desse trabalho é a análise da trajetória, funcionamento e resultados da implementação da BNCC no Paraná, a luz do regime de colaboração estabelecido, com as análises feitas a partir do framework proposto como referencial teórico, possibilitando assim uma avaliação da experiência prática vivenciada no estado do Paraná.

Por fim, nas proposições, insere-se uma proposta para que outras equipes também consigam analisar o estado do regime de colaboração em seus projetos e se esse poderia ser um modelo de governança que possa agregar valor ao desenvolvimento e alcance de resultados com maior expressividade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que determina os direitos e objetivos de aprendizagem dos estudantes durante cada etapa da educação básica, e, conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), deve orientar os currículos dos sistemas e redes de ensino das unidades federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil[2].

Além da LDBEN, os marcos legais que também embasam a BNCC são: o artigo 210 da Constituição Federal de 1988, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, os Parâmetros Curriculares Nacionais de toda a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação. Em 2014 inicia-se um projeto coordenado em âmbito nacional para a elaboração da BNCC, um documento nacional que consolida premissas que vão propiciar condições para a construção de contextos favoráveis para desencadear um conjunto progressivo de aprendizagens essenciais. Para que, com isso, possam ser garantidos direitos de aprendizado a todos os estudantes, sem diferenciação da rede em que eles estejam, seja pública ou privada, nas diferentes regiões do país.

Durante o momento de elaboração da BNCC, foi entendido que a etapa do Ensino Médio (EM) precisaria de uma reforma maior que as de Educação Infantil (EI) e Ensino Fundamental (EF), por isso sua elaboração aconteceu em momentos distintos. Três versões foram levadas à consulta pública em todo o país, e em 2017, sua versão final foi homologada pelo Conselho Nacional de Educação, para a partir de então dar início ao trabalho de implementação pelos estados.

O principal problema público para o qual a BNCC é uma proposta, é a questão da continuidade na trajetória escolar dos estudantes nas diferentes redes dentro do Brasil. Não havia garantias que um estudante de uma rede municipal do

[2] Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, 2018. Introdução. Disponível em: http://www.referencialcurriculardoparana.pr.gov.br/

interior do Piauí desenvolvesse os mesmos aprendizados de um da capital do Espírito Santo, por exemplo. E com a mobilidade das famílias, por diversos fatores, ocorre defasagem na aprendizagem. Além disso, a BNCC também se torna uma espécie de guia para o desenvolvimento dos documentos orientadores escolares e pauta as avaliações nacionais, apoiando assim o desenvolvimento integral da aprendizagem e norteando o trabalho dos professores em seus planos de aula e traz a base do ensino com foco no estudante.

A BNCC traz como premissa as 10 competências gerais[3] como norteadoras para o processo de aprendizagem, focado no desenvolvimento de competências e habilidades nas diferentes áreas e componentes curriculares. Elas são estruturadas em um formato que indica o quê e para quê, tornando mais fácil fazer proposições de atividades que estejam desenvolvendo essas competências. As dez competências propostas a ser desenvolvidas são:

1. *Conhecimento*: Valorizar e utilizar os conhecimentos sobre o mundo físico, social, cultural e digital. Para: Entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar com a sociedade.

2. *Pensamento científico, crítico e criativo*: Exercitar a curiosidade intelectual e utilizar as ciências com criticidade e criatividade. Para: Investigar coisas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções.

3. *Repertório Cultural*: Valorizar as diversas manifestações artísticas e culturais. Para: Fruir e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. *Comunicação*: Utilizar diferentes linguagens. Para: Expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias, sentimentos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

[3] Base Nacional Comum Curricular. Introdução, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/

5. *Cultura digital*: Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais e forma crítica, significativa e ética. Para: Comunicar-se, acessar e produzir informações e conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria.

6. *Trabalho e projeto de vida*: Valorizar e apropriar-se de conhecimentos e experiências. Para: Entender o mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas à cidadania e ao seu projeto de vida com liberdade, autonomia, criticidade e responsabilidade.

7. *Argumentação*: Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis. Para: Formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, com base em direitos humanos, consciência socioambiental, consumo responsável e ética.

8. *Autoconhecimento e autocuidado*: Conhecer-se, compreender-se na diversidade humana e apreciar-se. Para: Cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. *Empatia e cooperação*: Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação. Para: Fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. *Responsabilidade e cidadania*: Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação. Para: Tomar decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Para desenvolver a forma de ensino e aprendizagem proposta, é sugerido que os professores busquem criar modelos de aprendizagem ativa em suas salas de aula. Com esse intuito, tornar o estudante protagonista do seu processo de desenvolvimento integral. O professor deve estimular a curiosidade e apoiar na

construção do conhecimento. Seguindo a divisão proposta pela BNCC para cada ano, cada área e componente curricular.

No decorrer deste trabalho será apresentado e analisado como o estado do Paraná desenvolveu, em regime de colaboração, durante o tempo de vigência do ProBNCC, as estratégias para a implementação desse documento para as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

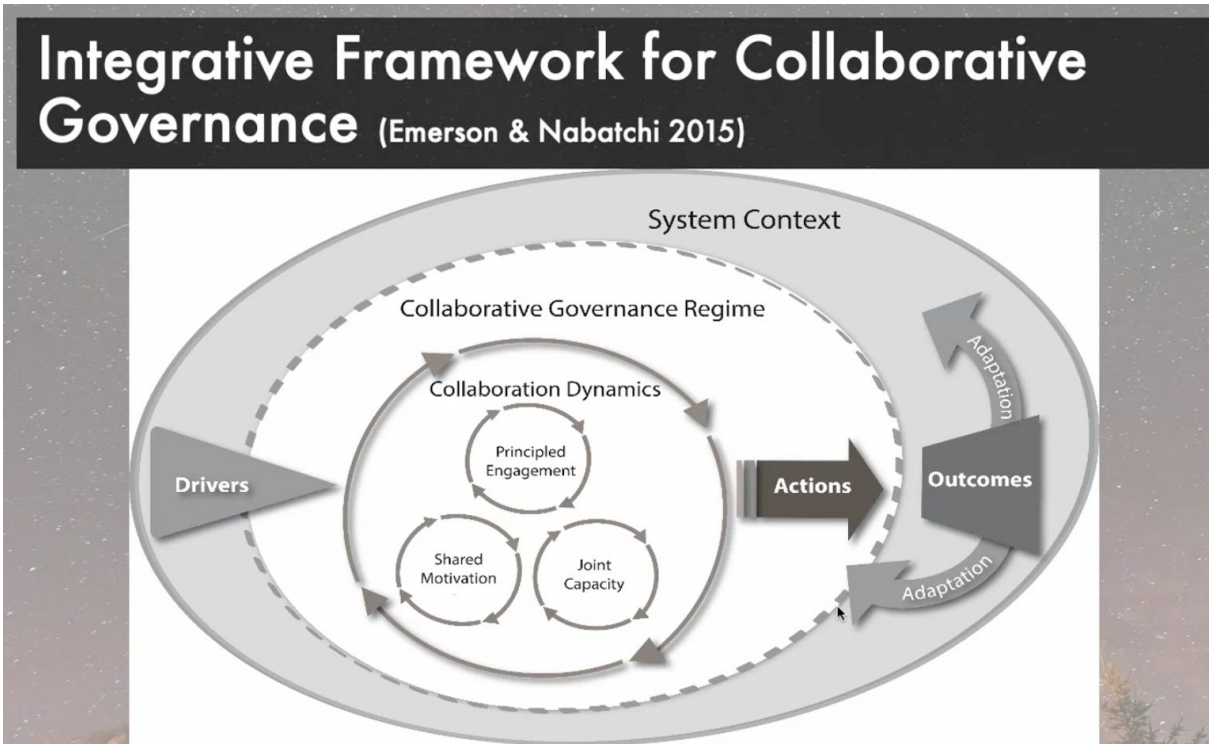
Regime de Colaboração

Fundamentalmente, a colaboração é vista quando há um propósito público a ser alcançado que está fora do alcance em qualquer nível de governo ou da esfera privada, sociedade pública ou civil. Desde tempos imemoráveis, comunidades têm confiado na habilidade de trabalhar juntas para alcançar benefícios mútuos. Entretanto, conforme as populações crescem, e as economias e sistemas políticos se tornam mais independentes, e a complexidade de nossos problemas aumentam, é preciso entender cada vez mais como ampliar essa habilidade de colaborar - não apenas dentro da própria comunidade, mas ampliá-la através de diversas redes - tem se tornado urgente. Como compreender melhor formas de apoiar, dar espaço e entender o universo da colaboração[4]. Governança colaborativa acontece quando os processos e estruturas de tomadas de decisão e gerenciamento de políticas públicas engajam pessoas através de limites de agências públicas, níveis de governo, e/ou as esferas públicas e privadas da sociedade para atingir um propósito público que não poderia ser alcançado sem isso (EMERSON; NABATCHI, 2015). Um regime de governança colaborativa é um modo particular ou sistema, para tomada de decisão pública no qual colaboração intersetorial representa o padrão principal de comportamento e atividades dentre os participantes autônomos que juntos alcançam propósitos coletivos definidos por um ou mais objetivos. (EMERSON; NABATCHI, 2015).

[4] Oregon Atlas of Collaboration, Version 1.0. Disponível em: https://atlasofcollaboration.org/about

Na Figura 2, Emerson e Nabachi (2015) resumem os pontos que consideram como mais importantes para a criação e desenvolvimento de um regime de colaboração efetivo, bem como seus possíveis desdobramentos. Esse diagrama descreve como drivers para a dinâmica de colaboração três elementos: Motivação compartilhada, capacidade conjunta e engajamento por princípios. Esses elementos culminam nas ações para um regime de governança colaborativo que resultam num sistema. A partir disso verifica-se e decide-se quais as adaptações necessárias para mantê-lo em funcionamento ou não.

Figura 1 - Diagrama de Governança Colaborativa



Fonte: Emerson e Nabatchi, 2015

Além do funcionamento do regime, também é possível classificar a motivação para dar início em um regime de colaboração em três tipos:

Quadro 1 - Tipos de Regime De Colaboração

Auto Iniciado	Independentemente Convocado	Externamente dirigido
Participantes se juntam após serem inspirados e galvanizados por um núcleo de stakeholders.	Uma terceira parte não afiliada reúne participantes e designa processos para interação.	Entidades com autoridade e recursos incentivam ou requerem que os participantes a trabalharem juntos em um projeto pré-estabelecido.

Fonte: Emerson e Nabatchi, 2015

O caso analisado neste trabalho se caracteriza pelo terceiro tipo, externamente dirigido, iniciado a partir da orientação de um ente federal, o MEC, responsável por garantir o desenho do cronograma de projeto e fazer a gestão das ações junto a todos os entes federativos. Com a motivação da implementação da política, foram desenhadas e estabelecidas as premissas de um regime de colaboração a ser desenvolvido nos estados para a implementação da BNCC.

No próximo quadro, é apresentada a base do framework teórico que será utilizado para fazer as análises nos dois ciclos de implementação realizados dentro do ProBNCC no Paraná. Abaixo, são apresentadas as forças e fraquezas de um regime de colaboração divididas em três critérios.

Quadro 2 - Forças e Fraquezas em um Regime de Colaboração

	Forças	Fraqueza
Pessoas	Atrair pessoas diversas para a discussão Construir relacionamentos Gerar confiança	Engajar participantes novos e diferentes recrutar membros para a diretoria Sustentabilidade da participação com o tempo
Propósitos	Articulação de uma visão e objetivos compartilhados Espaços de informação	Não ter um propósito claro, tópicos não definidos Dinâmicas de poder e

	de decisões Alinhamento da maioria Lidar com situações complexas	liderança compartilhada Não há autoridade para tomada de decisões e partir para ação
Recursos	Atrair financiamento Manter a motivação, pessoas com brilho nos olhos	Tempo Falta de financiamento Capacidades (liderança, facilitação, treinamento, assistência técnica)

Fonte: Emerson e Nabatchi, 2015

As forças e fraquezas apresentadas no quadro 2 serão a base das análises desenvolvidas nesse trabalho. Além delas, Emerson e Nabatchi, 2015, sugerem alguns outros pontos de reflexão quando decide-se adotar um regime de colaboração.

Situações nas quais o estado pode ajudar ou atrapalhar:

- Mandatos estaduais: podem significar continuidade ou quebra na forma de governança estabelecida;
- Alocação de recursos: definição da alocação de recursos é o que estrutura as prioridades que serão executadas pela gestão, pode também ser forma de continuidade ou ruptura.
- Alocação das Equipes: recursos humanos que irão desenvolver as políticas escolhidas.
- Construção de capacidade colaborativa: definição de cultura organizacional para construção do trabalho.

O que podem ser os pilares de uma política colaborativa estadual:

- Visão que contempla toda a realidade do estado, com ação local - Visão global - Ação local.
- Autonomia de decisão e autoridade para execução das ações necessárias.

- Recursos e longevidade, políticas trabalhadas de forma contínua.
- Apreciação das lideranças (de múltiplas formas) .

Para facilitar a orientação das equipes técnicas, ter um guia ajuda muito. É preciso ter algo como um papel centralizador.

- Criar um recurso orientador.
- Construir uma comunidade de aprendizado, ter a visão que gestão de informações é essencial em um sistema democrático que pressupõe trocas de gestão periódicas.
- Conduzir e disseminar pesquisa.
- Construir pontes e encorajar conexões.
- Atuar como um canal de comunicação.

O estudo desses pontos em comparação com o que foi realizado pela equipe do Paraná é o que trará as análises que consolidam esse trabalho

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA POLÍTICA

Contextualização

A BNCC deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (Base Nacional Comum Curricular, 2017).

Após a homologação do documento pelo Conselho Nacional de Educação, e a criação do ProBNCC, começa a atuação dos estados para sua implementação efetiva nas instituições de ensino.

No contexto do Paraná, a aprovação da BNCC significou o ponto de partida para a definição de políticas públicas por parte da equipe de governança estadual que foi constituída, que orientou todo o estado no processo de implementação. Foram seguidas as diretrizes nacionais e também estão amparadas no referencial teórico consultado. Na sequência, será analisada a trajetória a partir do momento que essa passou a ser uma responsabilidade dos estados. Serão abordados os seguintes pontos:

Diretrizes que foram consideradas para a estruturação do regime de colaboração:

1. Divisão da equipe de governança com membros de ambas as redes em todas as posições, desde a liderança até a equipe técnica, com garantia de bolsas para a função que se esperava ser exercida.

2. Escopo de trabalho bem definido e estruturado. Metas e entregáveis claros vindos da esfera federal - MEC.

3. Repasse de dinheiro via convênio federal que deveria ter sua utilização de forma igualitária pelo sistema estadual - considerando as redes estadual e municipais.

Definição da estratégia de implementação no local

O modelo de implementação foi elaborado por uma equipe do Ministério da Educação, MEC, em conjunto com as principais instituições que fazem parte da tomada de decisão no âmbito da educação pública: Consed - Conselho Nacional das Secretarias Estaduais de Educação, Undime - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, UNCME - União Nacional Dos Conselhos Municipais de Educação e FNCEE - Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação. A estratégia desenvolvida por eles foi consolidada através do Guia de Implementação da BNCC[5], que consiste em 7 passos:

1. Estruturação da governança de implementação;
2. Estudo das referências Curriculares
3. (Re)elaboração curricular
4. Formação continuada para os novos currículos
5. Revisão dos projetos pedagógicos;
6. Materiais didáticos;
7. Avaliação e acompanhamento de aprendizagem

Para o primeiro momento da estruturação da governança de implementação o MEC trouxe uma proposta de equipe, que foi constituída com aproximadamente 30 pessoas por estado, divididas entre gestão estadual e municipais, devido a natureza

[5] Guia de Implementação da BNCC. Disponível em: https://implementacaobncc.com.br/

da gestão escolar das etapas que seriam trabalhadas nesse momento, Educação Infantil e Ensino Fundamental. As funções que constituíam a proposta eram as seguintes: coordenadores estaduais (2), articulador do regime de colaboração (1), coordenadores de etapa (3), redatores de currículo (22), e uma pessoa externa as redes, que atuaria como analista de gestão, para apoiar os 2 times e conseguir fazer pontes entre as equipes.

Até o momento no qual esse trabalho acontece o Paraná conseguiu finalizar até a etapa 3, e iniciou as etapas 4 e 5, seguindo a estrutura proposta no Guia, e criando as ações necessárias para que cada uma fosse bem sucedida. Nas próximas seções será apresentado como cada uma aconteceu no âmbito do estado.

Ciclo I - Elaboração de um documento Referencial Curricular Local

Para iniciar o primeiro ciclo do programa, e realizar a estruturação de um regime de colaboração na construção de uma política pública educacional, o primeiro passo a ser concluído era a estruturação de uma governança que seguisse as premissas de um regime de colaboração.

A definição da equipe nacional de composição do time teve a seguinte estrutura:

Figura 2 - Organograma nacional ProBNCC

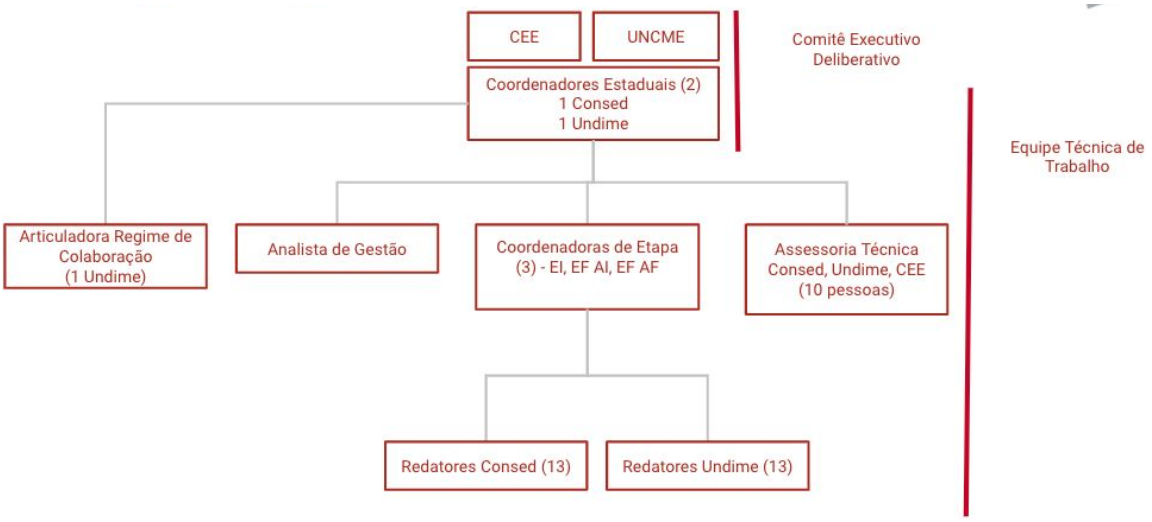
Fonte: Materiais formativos Encontros Nacionais ProBNCC

Além da equipe oficialmente instituída pelo programa de bolsistas definidos pela portaria N 331, de 5 de abril de 2018, os gestores representantes do Consed e Undime no Paraná entenderam a importância de também envolver as demais instituições que fazem parte da tomada de decisão em âmbito educacional, o Conselho Estadual de Educação - CEE PR e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação UNCME - PR, as quatro instituições compuseram o Comitê Executivo. Equipe responsável pela deliberação das ações, todo o plano de trabalho inicial foi validado com todos e consultado assim que uma nova etapa de trabalho era iniciada, para apresentar os resultados e em caso de novas deliberações. Além desse Comitê, a equipe do Paraná também instituiu uma equipe de Assessoria técnica, que seria responsável por apoiar o trabalho da equipe de bolsistas definida como governança pelo MEC. Essa composição pode ser observada no Anexo 1. O envolvimento do CEE desde o início garantiu muita agilidade no momento de homologação do Referencial Curricular do Paraná.

Após a definição do comitê, iniciou-se o processo de escolhas dos membros que comporiam a equipe técnica estabelecida pelo ProBNCC. Para estruturar suas equipes cada estado, de acordo com sua realidade organizacional, decidiu qual seria a melhor forma de selecionar as pessoas para compor essa equipe e a partir disso estruturar o planejamento das ações a serem desenvolvidas. Além dos membros que faziam parte das redes, o MEC também definiu a contratação de uma pessoa que atuaria como analista de gestão apoiando o processo como um todo, em um formato de gerente de projetos, apoiando a comunicação entre todos os membros da equipe e garantindo equidade na tomada de decisão para ambas as redes, estadual e municipais.

A parte da equipe que coube a rede estadual foi escolhida por técnicos que estavam no momento atuando no Departamento de Educação Básica, de acordo com a especificidade de formação definida na portaria, facilitando assim a comunicação e reuniões de alinhamento entre todos os integrantes. A composição da equipe pode ser visualizada no Anexo 2.

Figura 3 - Organograma da equipe de implementação do Paraná



Fonte: Diagrama elaborado pela autora

Para a organização do trabalho foi feito um planejamento incluindo toda a equipe da seguinte forma:

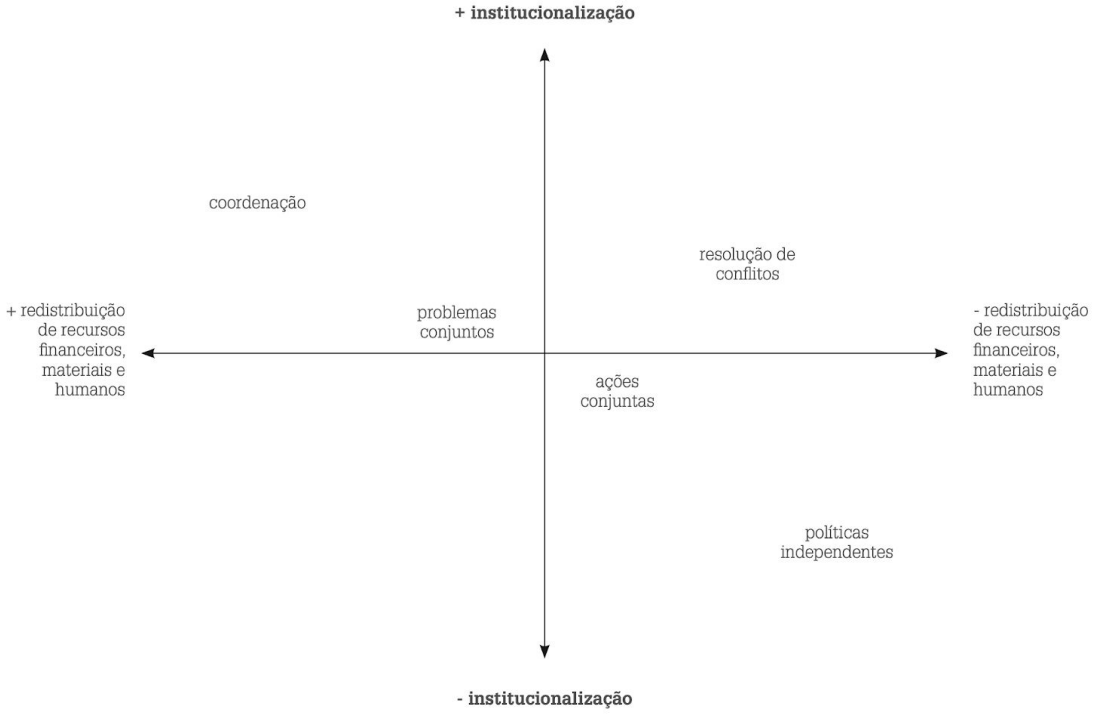
- Quatro encontros quinzenais para reunião de toda a equipe e finalização do trabalho;
- Consulta pública alinhada ao calendário escolar, presencial e online;
- Avaliação e homologação pelo Conselho Estadual do Paraná.

Figura 4: Planejamento das ações durante o Ciclo I do ProBNCC

Fonte: Diagrama elaborado pela autora

A partir dessas colocações apresentadas é possível fazer uma análise do grau de institucionalização do regime de colaboração proposto, ilustrado pela figura abaixo:

Figura 5 - Graus de institucionalização do regime de colaboração



Fonte: ABRUCIO; SEGGATTO; PEREIRA

Na proposta de Abrucio, Segato e Pereira, a implementação da BNCC é equivalente a uma política independente no âmbito do regime de colaboração. O que caracterizaria no todo um baixo engajamento com esse modelo de governança. Porém, fazendo a análise do desenho da política em si, pode-se perceber que contribui para um regime de colaboração com alto grau de institucionalização, por si só. Com a composição da equipe, e forma oficializada como foi constituída, com gestão centralizada pelo Ministério da Educação. Contado com distribuição de recursos financeiros, e definição clara do escopo de trabalho e entregas. Embora estejamos falando da análise de uma política independente, ela abrange diversos âmbitos da educação pública, e pressupõe que conversas ocorram para alinhamentos, desde a escrita do documento, passando pela formação de

professores, alinhamento de calendários e ações de comunicação e multiplicação de informações que alcancem a toda a comunidade escolar do sistema.

Análise do regime de colaboração no Ciclo I

A partir desse trabalho percebe-se que a organização do trabalho estruturada por uma gestão de forma centralizada, com acompanhamento das etapas por uma entidade externa com autoridade reconhecida gerou priorização nas ações, com planejamento e alinhamento entre as lideranças de todas as instituições, consequentemente refletindo em engajamento entre os membros da equipe técnica. Nesse momento foram alcançadas as forças do regime de colaboração efetivo.

Para o momento da elaboração do Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, a visão dos membros da equipe, nos diferentes níveis hierárquicos era bem parecida.

Na sequência apresenta-se uma análise de cada um dos critérios considerados para um regime de colaboração:

Pessoas Forças percebidas**:**

- Atrair pessoas diversas para a discussão
- Construir relacionamentos
- Gerar confiança

A forma como o desenho das equipes foi feito, elencando representatividade para todas as instituições envolvidas, garantiu que todas as forças propostas para o critério "Pessoas" fossem alcançadas. Além disso, houve um esforço para enxergar pontos de vistas diversos, não fazer imposições. A necessidade de respeitar os diferentes pontos de vista e ter a sensibilidade de saber equalizar isso de modo que um resultado satisfatório fosse alcançado no ponto de vista de todos os atores. Foi necessário saber respeitar e dialogar, pelo confronto de ideias e proposições, não pela individualidade ou confronto político. Uma discussão salutar, benéfica foi desenvolvida durante essa etapa.

Uma fraqueza percebida estava na manutenção das pessoas que compunham essa equipe. Este ponto será abordado mais profundamente na próxima etapa do trabalho.

Propósitos Forças percebidas**:**

- Articulação de uma visão e objetivos compartilhados
- Espaços de informação de decisões
- Alinhamento da maioria
- Lidar com situações complexas

O início do desenho, com a composição da equipe e com um propósito claro, que era a implementação da política a nível do estado como território, garantiu um alinhamento entre todos. Ter instituído um planejamento para estabelecer as rotinas de trabalho e comunicação entre todos os representantes das instituições garantiu que fosse possível perceber todas as forças propostas para esse item. A maior complexidade percebida era o desafio de alcançar todas as escolas e professores do estado do Paraná, independentemente de rede ou município no qual se encontrasse. Isso exigiu diversificação de estratégias, desenvolvimento de etapas de cascateamento com agentes intermediários, representados pelas figuras dos técnicos dos 32 Núcleos Regionais de Ensino e possibilidade de flexibilização na ponta.

Recursos Forças percebidas**:**

- Financiamento garantido pela esfera Federal
- Manter a motivação, pessoas com brilho nos olhos

Fraqueza percebida:

- Burocracia
- Tempo
- Comunicação a toda a rede

No desenho da implementação proposta pelo MEC, houve um repasse de um montante de recursos via PAR, garantindo o necessário para que as ações propostas pudessem ser realizadas. Isso garantia a motivação para o trabalho de toda a equipe.

Porém, a viabilidade de utilização de recursos advindos de convênios federais é atrelada a diversas regras burocráticas. Precisariam ser cumpridas as premissas que o programa propunha, e as premissas que o estado do Paraná tem para execução de recursos. O que acabou criando um certo engessamento para as possibilidades de utilização do repasse recebido. Não era possível fazer trabalho remunerado com docentes externos, por questões de normas, por exemplo. Também sabe-se que devido às regras de utilização de repasses, muitos estados não conseguiram utilizar nem mesmo parcialmente o recurso recebido, mesmo que já estivesse em conta.

Essa questão esbarra em ações do âmbito da administração públicas maiores que a implementação de uma política por si só. É possível refletir sobre as regras colocadas pelo orçamento público quando trata-se de enlaçamentos entre diferentes esferas, a questão do engessamento na prestação de contas e a pura burocracia, com os diversos processos que são necessários acontecer, passar por anuências e validações para que qualquer ação seja de fato executada. Aqui percebe-se a urgência de repensar processos para ampliar autonomia e flexibilização para que os gestores públicos possam desenvolver os objetivos aos quais se propõem.

Além dessa questão, também pode-se colocar em pauta, o tempo destinado pelo MEC para a execução dessa etapa. Um cronograma de um ano para a definição e homologação dos documentos estaduais. Percebe-se que o intuito era conseguir concluir uma etapa completa antes do término de uma gestão, entendendo que haveria alterações no escopo do programa, com a troca. Porém isso exigiu um esforço grande para concluir tudo o que era proposto.

Nessa etapa, mesmo que os objetivos propostos tenham sido alcançados com sucesso, pode-se enxergar o fator capilarização de informações e comunicação

como uma fraqueza. A dimensão das pessoas que fazem parte do sistema de ensino estadual do Paraná é da ordem de centenas de milhares. Mesmo que uma consulta pública online tenha sido realizada, conseguir alcançar a todos os que devem ser envolvidos, é um desafio constante e demandaria um fluxo de ações de comunicação contínuo, contando com uma grande diversificação de canais.

Ciclo II - Formação dos professores

Para começar a falar de como se deu a proposta de formação de professores, após a homologação do Referencial Curricular do Paraná, é preciso contextualizar o que aconteceu em 2019, após uma troca de gestão federal e estadual. A relação completa com as trocas efetuadas na equipe central pode ser visualizada no Anexo 2 deste trabalho. No primeiro momento, foram realizadas treze trocas na composição da equipe, sendo nove na equipe da rede estadual e quatro na equipe das redes municipais. Posteriormente, mais três trocas aconteceram na rede estadual. Resultando em substituição de dezesseis membros de uma equipe de vinte e oito integrantes. O que significa que apenas dois integrantes da equipe da rede estadual permaneceram até o final do tempo proposto para esse projeto pelo MEC, dezoito meses. Dentre os motivos das substituições houveram: aposentadorias; alteração na função dentro da alocação na secretaria, ou seja, saída do departamento de currículo; saída da secretaria para assumir posição em escolas ou regionais de ensino, e um caso trágico de morte do Agnaldo José de Souza, redator do componente curricular história.

Essa grande alteração na equipe já é um indicador do critério "PESSOAS", em nossa análise do regime de colaboração. Tamanha substituição, de aproximadamente 57% na equipe total, e deste total representando mais de 85% da equipe da rede estadual. Isso é a representação de um dos grandes dilemas do setor público, as trocas de gestão acabam representando grandes reformulações nas equipes, podendo acarretar descontinuidade nas rotinas de trabalho estabelecidas, e gerando impacto nos resultados que poderiam ser alcançados aos objetivos das políticas propostas.

Além da recomposição da equipe de bolsistas, também foi revisto um novo comitê executivo, com as instituições deliberativas, instituída pela Portaria n.117/2019 GS/SEED, que pode ser visualizada no Anexo 3, que dessa vez também não contava mais com a equipe de assessoria técnica, um indicador de perda no status de ação prioritária dentro da SEED PR. A partir de então a equipe começou a trabalhar em uma definição de formato de estruturação dos conteúdos para a formação continuada de professores e na definição da organização de cascateamento para que chegasse a todos os professores de todas as redes. A formação foi nomeada de "Conexão Professor em Ação"e seu planejamento está descrito na figura abaixo:

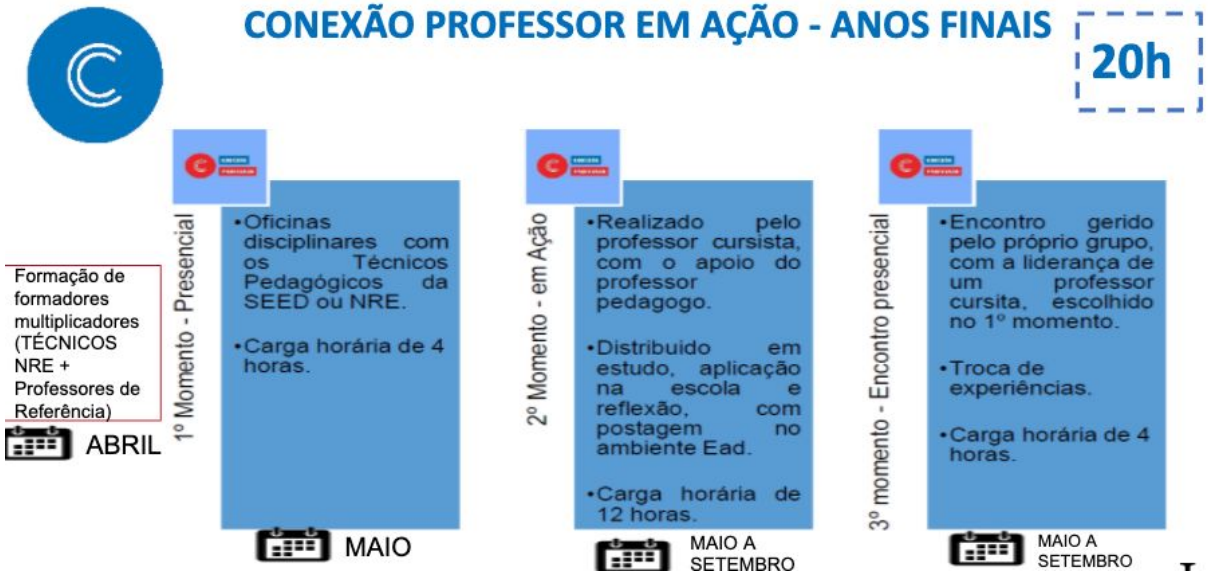
Figura 6 - Estrutura da formação continuada de professores

Fonte: Diagrama elaborado pela autora

Para a execução desse formato, foram elaboradas pautas formativas distintas para cada uma das três etapas de ensino que estão sendo apresentadas: Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Ensino Fundamental Anos Finais. Todas as formações foram iniciadas e encerradas no anos de 2019, porém em momentos distintos, possibilitando que a equipe central participasse de todos os momentos.

Para a rede estadual o seguinte desenho foi feito:

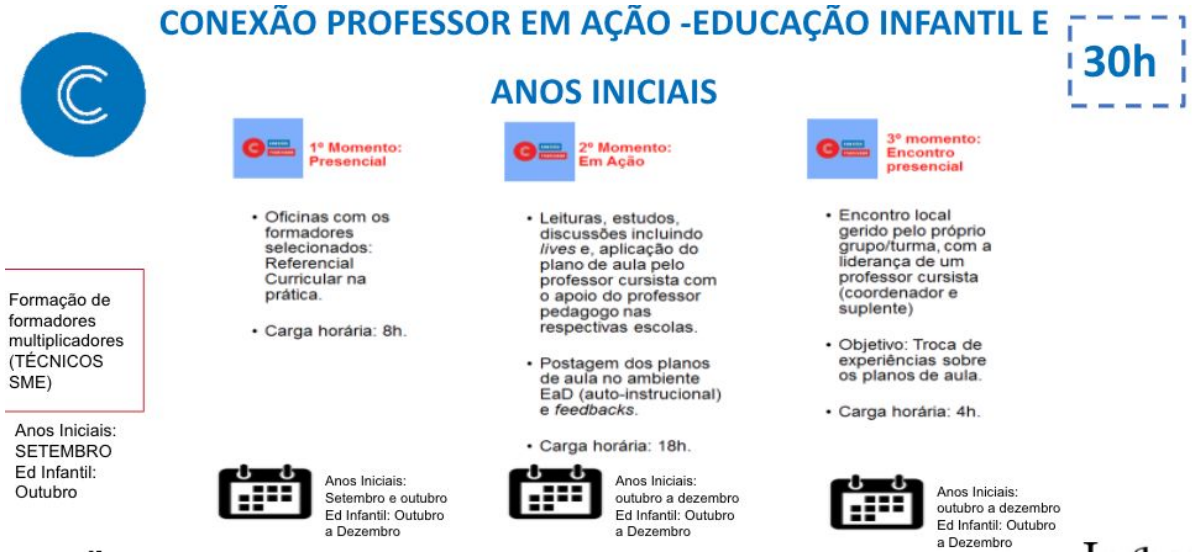
Figura 7 - Esquema Informativo - Formação Conexão Professor em Ação - Anos Finais - Rede Estadual



Fonte: Materiais Formativos SEED PR

As redes municipais tiveram o seguinte desenho:

Figura 8 - Esquema Informativo - Formação Conexão Professor em Ação - Educação Infantil e Anos Iniciais - Redes Municipais



Fonte: Materiais Formativos SEED PR

Diferentemente dos processos que ocorreram durante o Ciclo I, as formações de professores aconteceram de forma desconectada. A rede estadual estruturou seu processo formativo de forma independente deu início a sua execução. Fator que pode ser percebido pelo distanciamento entre formações para cada uma das redes.

As formações de professores deveriam alcançar todos os professores das escolas públicas do estado, isso significava, em 2019, para a rede estadual 62.771 (SEED em Números) e nas redes municipais 72.317 (SEED em Números) professores. Para conseguir alcançar tamanho público, foi desenvolvida uma estratégia de cascateamento, a formação foi inicialmente passada para multiplicadores, que então replicaram para os professores.

A rede estadual, responsável pela formação da etapa do Ensino Fundamental Anos Finais, definiu como multiplicadores técnicos das 32 regionais de ensino, definiu que seriam feitas oficinas para cada componente curricular. Nesse momento, foi incluído também a formação para o Ensino Médio, portanto foram desenvolvidas 14 oficinas diferentes, uma para cada componente curricular. Para os casos nos quais não houvesse técnicos específicos de algum componente foram convidados professores de referência que atuaram como multiplicadores, portanto foram convocados 448 profissionais para atuar como multiplicadores para os professores da rede estadual.

As redes municipais eram responsáveis pelas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais. Foi desenvolvida uma oficina específica para Educação Infantil, e 4 oficinas para os Anos Iniciais. Entendendo que em grande parte das instituições de ensino de anos iniciais um professor é responsável por lecionar quase todos os componentes curriculares, normalmente com exceção de Educação Física e Arte, houve uma proposta de criar formas de conexão entre os componentes. Nesse sentido, as oficinas contaram com duplas de componentes de áreas distintas de conhecimento. As duplas foram:

- Língua Portuguesa e Língua Inglesa;
- Geografia e Matemática;

- Ciências e Educação Física; e
- Arte, História e Ensino Religioso

O desenho nesse formato permitiu grande interação entre os objetivos de aprendizagem que compõem o Referencial Curricular do Paraná, e o desenvolvimento de estratégias que os professores ainda estão pouco habituados a desenvolver.

Para atuar como multiplicadores das redes municipais, foram convidados técnicos de cada secretaria municipal, seguindo critérios de acordo com o número de professores de cada município. Como haveria duas formações diferentes, uma para educação infantil e uma para os anos iniciais, ficava a critério da secretaria a definição se seriam pessoas diferentes em cada etapa, ou se os mesmos multiplicadores atuariam em ambas.

O número de multiplicadores, que convidados a participar dos encontros formativos de cada etapa, foi definido de acordo com o critério abaixo:

Quadro 3 - Critérios para número de formadores multiplicadores nas redes municipais

Número de professores no município	Total de multiplicadores
0 a 100	1
101 a 500	2
501 a 1000	4
1001 a 2000	8
Mais de 2000	16

Fonte: Secretaria de Educação e do Esporte do Paraná

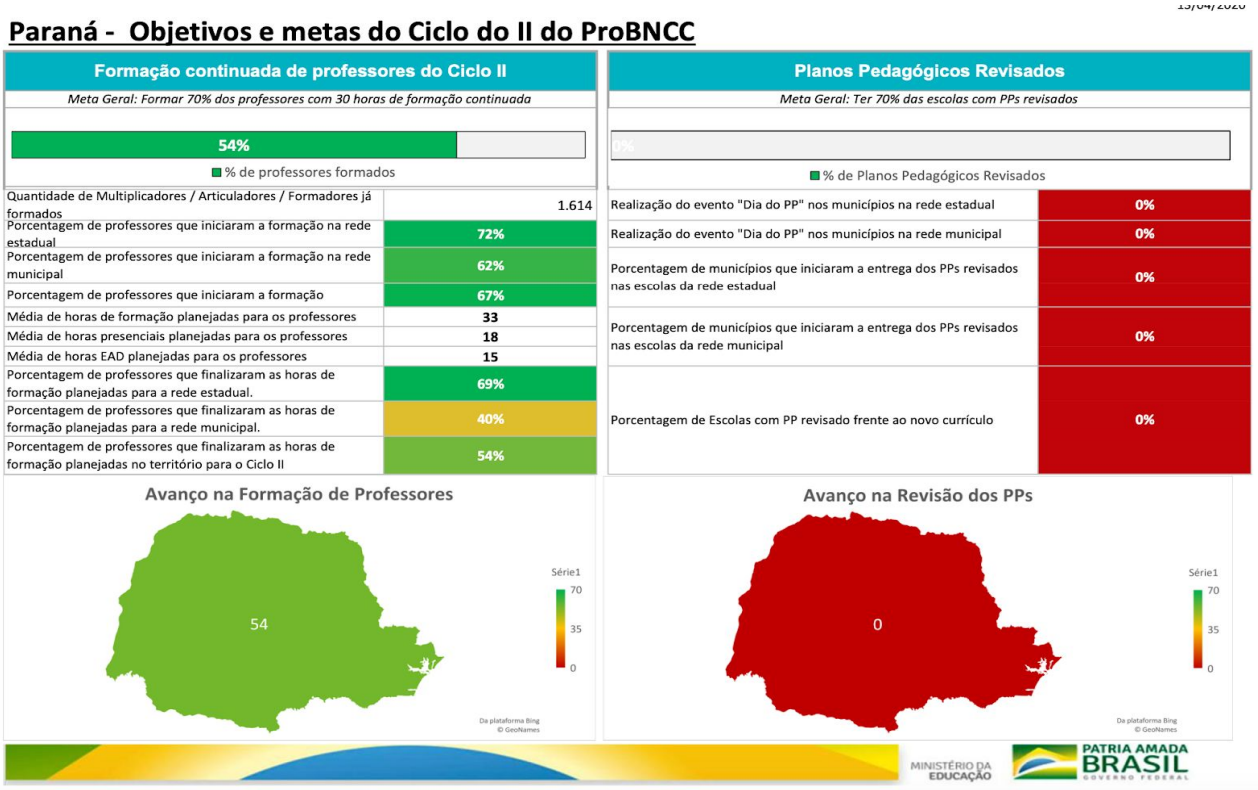
Após o encontro formativo, abriu-se ainda a possibilidade de o município definir se haveria ainda uma etapa intermediário, na qual o formador que participou da formação formaria mais multiplicadores, ou se ele trabalharia diretamente com todos os professores de seu município. Também ficou a cargo dos municípios, a

definição de quantos momentos formativos seriam necessários estruturar para formar todos os professores daquela rede.

Resultados alcançados Ciclo II - Formação de professores

Os resultados do número de professores formados, informado ao MEC e divulgado a partir dos relatórios oficiais, como a formação Conexão Professor em Ação, não foi inicialmente prevista em calendário escolar, não era uma ação obrigatória, portanto os professores eram convidados a participar. Além da formação de professores também estava previsto para esse ciclo, o início da revisão dos Projetos Pedagógicos (PPs) das instituições de ensino, levando em consideração o novo documento curricular do estado.

Figura 9 - Resultados do Ciclo II - Formação de Professores e Revisão dos PPs



Paraná - Objetivos e metas do Ciclo do II do ProBNCC

Formação continuada de professores do Ciclo II	
Meta Geral: Formar 70% dos professores com 30 horas de formação continuada	
54%	
% de professores formados	
Quantidade de Multiplicadores / Articuladores / Formadores já formados	1.614
Porcentagem de professores que iniciaram a formação na rede estadual	72%
Porcentagem de professores que iniciaram a formação na rede municipal	62%
Porcentagem de professores que iniciaram a formação	67%
Média de horas de formação planejadas para os professores	33
Média de horas presenciais planejadas para os professores	18
Média de horas EAD planejadas para os professores	15
Porcentagem de professores que finalizaram as horas de formação planejadas para a rede estadual.	69%
Porcentagem de professores que finalizaram as horas de formação planejadas para a rede municipal.	40%
Porcentagem de professores que finalizaram as horas de formação planejadas no território para o Ciclo II	54%

Planos Pedagógicos Revisados	
Meta Geral: Ter 70% das escolas com PPs revisados	
0%	
% de Planos Pedagógicos Revisados	
Realização do evento "Dia do PP" nos municípios na rede estadual	0%
Realização do evento "Dia do PP" nos municípios na rede municipal	0%
Porcentagem de municípios que iniciaram a entrega dos PPs revisados nas escolas da rede estadual	0%
Porcentagem de municípios que iniciaram a entrega dos PPs revisados nas escolas da rede municipal	0%
Porcentagem de Escolas com PP revisado frente ao novo currículo	0%

Fonte: Materiais Divulgados ProBNCC MEC

Para a informação dos resultados finais alcançados, a rede estadual incluiu além da formação Conexão Professor em Ação, também a formação "Dias de

Estudo e Planejamento", formação obrigatória para a rede que compreende a semana pedagógica.

O estado do Paraná como um todo, nessa primeira formação de professores para a implementação do Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, conseguiu-se que 67% da rede iniciasse a formação e 54% concluíssem as horas de atividades propostas. Com relação ao objetivo de revisão dos Projetos Pedagógicos das escolas, não houve mobilização em fazer o monitoramento dessa ação.

Os resultados obtidos para a formação de professores parecem um número representativo, porém considerando que mais de 30% nem iniciaram a formação, pode-se levantar algumas hipóteses a respeito disso. A primeira seria uma falha de comunicação, já que a proposta formativa não chegou a esses professores, seja no momento da formação dos multiplicadores, ou não houve mesmo uma iniciativa por parte dos professores em participar da proposta.

A segunda possibilidade, poderia estar na dificuldade de realizar monitoramento dessas ações em grande escala. O sistema de monitoramento utilizado para a primeira etapa foi o SICAPE, (Sistema De Capacitação Dos Profissionais Da Educação) da rede estadual, ele foi utilizado tanto para os participantes da rede estadual, quanto das redes municipais. O registro da participação dependia do repasse de informação dos participantes das oficinas oferecidas para os técnicos das regionais responsáveis pelo sistema, é possível que muitas perdas tenham acontecido durante esse processo.

Um terceiro fator foi o uso de tecnologia. Como a formação também contava com uma parte EaD complementar, houve bastante dificuldade de acesso à tecnologia, para professores, nos casos de eles ainda não terem feito nenhuma formação nesse formato. Pontos de atenção iam desde o cadastro do profissional na plataforma, acesso aos materiais, conclusão dos módulos quando era necessário enviar arquivo com atividade (plano de aula estruturado), o que também podia levar a desistência em concluir o curso.

E o último, a data em que a formação ocorreu. Como não foi prevista no calendário escolar, sua execução estendeu-se para o final do segundo semestre, um período com aumento de demanda natural. Também pode ter sido um fator que fez os professores escolherem não participar da formação proposta nesse momento.

Análise do regime de colaboração no Ciclo II

Como mencionado anteriormente, a etapa de formação de professores foi iniciada em uma troca de gestão. Isso significou que alguns passos que poderiam ocorrer para trazer maior dinamicidade, priorização e alinhamento ao processo, não aconteceram, gerando necessidade de ações emergenciais para entregas no prazo previsto. Inicialmente, não houve alinhamento unificado passando pelo Comitê Executivo para deliberação do formato das formações de professores.

A rede estadual deu início ao processo de forma independente, levando a necessidade de as redes municipais fazerem adaptações para que as formações também ocorressem em 2019. Sua execução de forma desarticulada para cada rede, dificultou o monitoramento e acompanhamento de cada uma das ações para conseguir medir a efetividade e compreensão dos professores para sua aplicação.

Pessoas

Forças percebidas:

- Construção e manutenção de relacionamentos

Fraquezas percebidas:

- Engajar participantes novos e diferentes
- Recrutar membros para a diretoria
- Sustentabilidade da participação com o tempo

A troca dos participantes, principalmente da rede estadual, trouxe um grande desafio de engajamento. Recriar as rotinas que já eram estabelecidas e garantir que os novos participantes tivessem um tempo para vencer a curva de aprendizado

necessária, para se colocar a par do status do trabalho requereu investimento de energia por parte de todo o time.

Essa troca foi desafiadora, mas ao mesmo tempo é algo que faz parte do sistema, sempre que ocorrem trocas de gestão, isso é um movimento natural, de recomposição dos times, e traz também uma possibilidade de oxigenar e trazer novas perspectivas.

O desafio que se tem é: como manter e aprofundar as ações em regime de colaboração? Dado que com as trocas de gestão advindas politicamente, tem-se impacto direto nos times de implementação de políticas.

Propósitos

Forças percebidas**:**

- Articulação de uma visão e objetivos compartilhados
- Alinhamento da maioria
- Lidar com situações complexas

Fraquezas percebidas**:**

- Dinâmicas de poder e liderança compartilhada
- Por um tempo, não houve autoridade para tomada de decisões e partir para ação

A visão continuava clara, a implementação da BNCC, e havia ainda a definição do objetivo específico do Ciclo II, formação de professores e adaptação das Propostas Pedagógicas das escolas. Com isso, após os primeiros percalços com a troca da equipe, atingiu-se novamente o alinhamento da maioria, para o desenvolvimento das ações, e assim foi possível lidar com as situações complexas que surgiam no desenvolvimento do trabalho. Por exemplo, o alinhamento das diversas áreas necessárias para garantir a logística de execução e monitoramento dos encontros formativos.

Mesmo com a visão do propósito que se buscava alcançar alinhada, não foi um impeditivo para que com a troca de gestão, fossem percebidas fortes dinâmicas de poder. Com o descolamento da rede estadual da forma de governança com foco

no regime de colaboração, fez-se necessária diversas revisões das rotinas de trabalho. Com a liderança fragilizada, houve despriorização nas ações, não houve um planejamento estruturado para as rotinas de execução, o que resultou em tempos mais longos para a execução das ações e desgaste na equipe em geral.

Recursos

Forças percebidas**:**

- Financiamento garantido pela esfera Federal

Fraqueza percebida:

- Burocracia
- Deficiência em capacidades (liderança, treinamento, assistência técnica)
- Comunicação e capilarização de informações

Na questão de recursos, perante a esfera de financiamento, a mesma análise do Ciclo I se mantém. Havia o recurso federal a ser destinado para essa ação, porém com uma burocracia específica que dificultava sua execução.

No ciclo II, a troca de pessoas fez possível perceber deficiências em liderança, que repercutiram no planejamento, definições de rotinas, quebras de fluxos de comunicação e para a garantia de treinamento e assistência técnica para a execução de ações de gestão.

Na esfera dos redatores formadores, essa percepção não ocorreu. Uma vez que o time foi recomposto, foi possível que as equipes fossem reestruturadas, e o trabalho acontecesse da forma como estava previsto.

A respeito da comunicação e capilarização de informações, assim como no ciclo I, no ciclo II continua sendo uma fraqueza. Agravada ainda mais pela necessidade de ampla participação de esferas de atores mais perto das escolas, na formação de professores. A deficiência na comunicação, pode ser percebida, na falta de engajamento dos professores em realizar as formações propostas.

Continuidade e Acompanhamento da política

Para as próximas etapas está previsto o acompanhamento da revisão dos Projetos Pedagógicos (PPs) das escolas, dos materiais didáticos utilizados e a avaliação externa também terá sua matriz atualizada. Com relação aos Projetos Pedagógicos, PPs, orientações foram feitas a partir de deliberação do CEE para toda o sistema Estadual. Não houve formato de acompanhamento via equipe técnica. Prazos para sua revisão pelas escolas foram estendidos devido a pandemia.

Materiais didáticos

Até o momento, o estado do Paraná tem como política utilizar os materiais disponibilizados nacionalmente pelo Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, que já estão atualizados de acordo com a BNCC.

Avaliação e acompanhamento de aprendizagem

Para a avaliação da aprendizagem, também será feita de forma com a revisão das matrizes de avaliação externas. O estado do Paraná possui dois tipos de avaliações externas estaduais, a Prova Paraná, e a Prova Paraná Mais (PROVA PARANÁ AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA), ambas são aplicadas tanto para a rede estadual quanto para as municipais que fazem adesão da política. As duas provas já estão passando por revisão em suas matrizes para melhoria na avaliação de aprendizado alinhadas aos novos documentos orientadores.

PROPOSIÇÕES

São trazidas proposições como uma abordagem para considerar os desafios que foram encontrados durante o percurso e uma análise de suas possíveis causas levando em consideração o contexto do estado. Como principais desafios:

- Troca de gestão
- Capilarização de informações e práticas e comunicação a toda a rede

Além disso, também aborda-se as proposições para implementação de um regime de colaboração bem sucedido, suas principais premissas e vantagens, como forma de contribuição para o setor público.

A troca de gestão é uma realidade de sistemas democráticos, e nesses momentos a consequente substituição de pessoas nas equipes é uma prática recorrente. Tendo essa uma realidade posta, é preciso pensar como minimizar os efeitos percebidos desses acontecimentos. Seria interessante criar como cultura institucional mecanismos de transição e gestão de informação. Possibilitando continuidade das ações, ou pelo menos, maior compreensão dos processos vigentes para tomada de decisão, caso revisões de rota se façam necessárias.

Com relação a capilarização de informações e práticas e comunicação a toda a rede, também enxerga-se como um desafio recorrente do setor público, pela dimensão alcançada. É preciso que para cada política ou ação, seja elaborado um plano de comunicação, considerando os diversos atores envolvidos, com estratégias diversificadas de comunicação. No caso da implementação da BNCC no Paraná, a comunicação pode ser encarada como uma fraqueza no processo. Normalmente, equipes de comunicação em secretarias de educação são enxutas, e seu trabalho precisa ser extremamente priorizado, devido a quantidade de demandas simultâneas acontecendo. É um grande desafio conseguir garantir comunicação assertiva em todos os canais a todos os atores envolvidos. Sem essa comunicação, a compreensão das ações propostas e engajamento pode ser prejudicado.

Práticas de monitoramento e feedback com os atores poderiam ser institucionalizadas, para compreensão de falhas de comunicação durante o processo, para que possa ser buscadas correções de rota, ainda em processo de implementação. Esse é um olhar que seria necessário ser instituído como cultura organizacional. Um desafio que também passa pela troca de gestão.

Pensando especificamente em regimes de colaboração, podemos retomar os tipos de regime de colaboração que podem ser constituídos, de acordo com uma finalidade a ser alcançada e pelo perfil e maturidade da equipe de trabalho, como

relacionado no Quadro 1. Essa seria uma primeira forma de tomada de decisão se esse tipo de governança seria benéfico para o objetivo que se quer alcançar. Além disso, deve ser estimulada a reflexão com as seguintes questões:

- Quais são as intenções do Estado para os regimes de colaboração e plataformas ainda precisam ser alcançadas?
- Que tipo de dados existem para articulação dos objetivos dos regimes e plataformas?
- Os objetivos estão sendo alcançados?

Um regime de colaboração não soluciona todos os problemas, no caso especificado é possível perceber suas fragilidades e como é fácil que as condições contribuam para o seu arrefecimento. É preciso estar cada vez mais próximo para entender o que funciona onde, quando e como. Um monitoramento constante do diagnóstico de como o regime está sendo executado, como as análises feitas neste trabalho, a partir do framework de Pessoas, Propósitos e Recursos, pode ajudar a entender se seu sistema está sendo eficiente ou não e em quais pontos de atenção seria interessante e possível realizar intervenções.

Na sequência, no Quadro 4, propõe-se uma análise quantitativa das forças e fraquezas dentro do framework teórico utilizado, como ferramenta de avaliação diagnóstica para maior percepção da evolução do regime de colaboração entre os ciclos de implementação da política.

Quadro 4 - Ferramenta diagnóstica para avaliação do regime de colaboração

	Ciclo I		Ciclo II	
	Forças	Fraquezas	Forças	Fraquezas
Pessoas	3	0	1	3
Propósito	4	0	3	2
Recursos	2	3	1	3
Total	**9**	**3**	**5**	**8**

Fonte: Diagrama elaborado pela autora

A partir do quadro 4, percebe-se que as forças percebidas passaram de 9 para 5, enquanto as fraquezas passaram de 3 para 8 na evolução dos ciclos. Caracterizando um deterioramento do regime de colaboração como forma de governança para essa política específica. Cada fator foi analisado individualmente, para maior compreensão da influência de cada um. Porém, como mencionado, essa foi a análise de uma política isolada. Além do framework utilizado, foi consultado também o Guia de Regime de Colaboração, (Fatores de Sucesso | Colabora Educação) desenvolvido pelo Movimento Colabora, para a reflexão sobre os critérios que podem influenciar a efetivação de um regime de colaboração.

Pensando além do âmbito estadual, dado que essa é uma política de Estado e não de governo, além das situações levantadas durante as análises de cada um dos critérios, também coloca-se como ponderação pertinente, como forma de fortalecer a continuidade de políticas, o efetivo estabelecimento de um Sistema Nacional de Educação, como descrito abaixo:

Sistema nacional de Educação

A coordenação federativa foi fortalecida nas últimas décadas na política educacional brasileira. Isso se deu por meio, principalmente, do fortalecimento do papel do governo federal e da adoção de mecanismos de redistribuição de recursos, como o Fundef e posteriormente o Fundeb; da regulamentação nacional, incluindo a LDB, as diretrizes curriculares e os Planos Nacional de Educação; e do fortalecimento dos sistemas de informação e avaliação, como o Saeb, a Prova Brasil e o Ideb. Apesar desses avanços no plano nacional, a coordenação regional da política ainda é incipiente e pouco institucionalizada. Isto é, há espaço para que os estados avancem na construção de relações mais cooperativas e no desenvolvimento de um papel de coordenação regional na educação[6].

Um Sistema Nacional de Educação poderia trazer grandes avanços em continuidade de políticas em situações de troca de gestão, buscando a priorização

[6] Regime de Colaboração em que acreditamos. Instituto Natura. Disponível em: http://movimentocolabora.org.br/wp-content/uploads/2017/11/iN_RegimedeColaboracao_Nav20171129.pdf

de ações com continuidade a longo prazo. Dando ao país uma agenda estabelecida que contemple as necessidades observadas.

CONCLUSÃO

O trabalho descreve e consolida uma experiência pioneira como literatura e fonte histórica a ser consultada por gestores atuais e profissionais da educação que busquem se aprofundar no tema, entendendo que essa política é uma das mais importantes no contexto brasileiro e que está passando ainda pelo início de sua implementação.Em momentos futuros, pensando na implementação da política consolidada, será preciso realizar maiores aprofundamentos para verificação dos resultados quando estiver sendo desenvolvida de fato nas escolas.

A proposição de uma ferramenta de diagnóstico para avaliar a consolidação de um regime de colaboração através de critérios analíticos pode vir a ajudar outras equipes que enxerguem essa forma de governança como algo que realmente consiga trazer resultados mais significativos, através da ampliação da visão, pela inclusão de atores mais diversos. Uma vez escolhida essa forma de governança para desenvolver um trabalho, observar se ele está sendo efetivo, pode contribuir para eventuais correções de rota, e apoiar em ações construtivas no decorrer do trabalho.

Pensando além de uma política específica, para garantir um efetivo regime de colaboração, o ideal é que diversas políticas da esfera do estado, tenham sua governança de forma colaborativa. Isso ajuda no estabelecimento de rotinas, e na definição dos papéis e responsabilidades de cada time. Criando também mecanismos que ajudem em momentos de transição, por desenvolver hábitos colaborativos perenes nos profissionais.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; SEGGATTO, C. I.; PEREIRA, M. C. G. REGIME DE COLABORAÇÃO NO CEARÁ: p. 76, [s.d.].

Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

Constituição da República Federativa do Brasil - Art. 210. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_210_.asp>. Acesso em: 23 nov. 2020.

EMERSON, K.; NABATCHI, T. **Collaborative Governance Regimes**. [s.l.] Georgetown University Press, 2015.

Fatores de Sucesso | Colabora Educação. Disponível em: <https://movimentocolabora.org.br/guia-de-colaboracao/fatores/>. Acesso em: 1 dez. 2020.

guia_de_implementacao_da_bncc_2018.pdf. , [s.d.]. Disponível em: <http://implementacaobncc.com.br/wp-content/uploads/2018/06/guia_de_implementacao_da_bncc_2018.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020

iN_RegimedeColaboracao_Nav20171129.pdf. , [s.d.]. Disponível em: <http://movimentocolabora.org.br/wp-content/uploads/2017/11/iN_RegimedeColaboracao_Nav20171129.pdf>. Acesso em: 6 set. 2020

L9394. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 15 set. 2020
.
L13005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 23 nov. 2020.

PORTARIA Nº 331, DE 5 DE ABRIL DE 2018 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO GABINETE DO MINISTRO. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_27633644_PORTARIA_N_331_DE_5_DE_ABRIL_DE_2018.aspx>. Acesso em: 16 set. 2020.

Oregon Atlas of Collaboration, Version 1.0. Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/Cascade/index.html?appid=715a7c2c3cfd4ec589a1543ff53ca6f9&wmode=opaque>. Acesso em: 7 set. 2020.

Parâmetros Curriculares Nacionais 1ª a 4ª Séries. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12640-parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>. Acesso em: 23 nov. 2020.

PROVA PARANÁ AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA. Disponível em: <http://www.provaparana.pr.gov.br/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

Referencial Curricular do Paraná. Disponível em: <http://www.referencialcurriculardoparana.pr.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2020.

resol_federal_04_14.pdf. , 2014. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_04_14.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020

SEED em Números. Disponível em: <http://www4.pr.gov.br/escolas/numeros/>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SEGATTO, C. I. O PAPEL DOS GOVERNOS ESTADUAIS NAS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: p. 196, 2015.

SISTEMA DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. p. 30, [s.d.].

ANEXOS

Anexo 1 - Portaria 278/2018 - GS SEED - Instituição do Comitê Executivo e Assessoria Técnica equipe ProBNCC 2018.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 278/2018 – GS/SEED

Institui o Comitê Executivo Estadual e a Assessoria Técnica para implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Estado do Paraná.

A Secretária de Estado da Educação, no uso das atribuições legais e regulamentares que lhe são conferidas pelo Art. 45 da Lei Estadual n.º 8.485, de 03 de junho de 1987, e nos termos dos Arts. 205, 210 e 211 da Constituição Federal do Brasil, de 05 de outubro de 1988; da Lei n.º 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; da Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional da Educação/PNE, da Resolução CNE/CP n.º 2, de 22 de dezembro de 2017; e da Lei n.º 18.492, de 24 de junho de 2015, que aprovou o Plano Estadual de Educação e considerando o contido no protocolado n.º 15.159.860-9,

RESOLVE:

Art. 1.º Instituir o Comitê Executivo Estadual para a implementação da BNCC no Estado do Paraná, com as seguintes atribuições:

I – Encaminhar e tomar decisões sobre o regime de colaboração no nível das secretarias estadual e municipais de educação;

II – Acompanhar o andamento dos trabalhos realizados no âmbito da equipe de Assessoria Técnica, instituída para fins da implementação da BNCC;

III – Convocar, sempre que necessário, os secretários municipais para acompanhamento e monitoramento da implementação da BNCC.

Art. 2.º Instituir a Assessoria Técnica de Implementação da BNCC no Estado do Paraná, com as seguintes atribuições:

I – Estabelecer o planejamento e cronograma das ações;

II – Compor grupos de trabalho para implementação da BNCC;

III – Disponibilizar materiais de estudo para os grupos de trabalho;

III – Reportar ao Comitê Executivo Estadual os resultados dos trabalhos;

IV – Articular com os demais atores envolvidos o acompanhamento do processo de implementação da BNCC.

Art. 3.º O Comitê Executivo Estadual, de natureza deliberativa, será composto pelas seguintes instituições e seus representantes:

	INSTITUIÇÃO	NOME	CPF
I	Secretaria de Estado da Educação – SEED/PR	Lucia Aparecida Cortez Martins	235.385.979-87
II	Conselho Estadual de Educação do Paraná – CEE/PR	Oscar Alves	004.347.369-53
III	União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação– UNDIME	Marli Regina Fernandes da Silva	278.492.449-15
IV	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME	Ana Lucia Rodrigues	430.833.660-00

Art. 4.º A Assessoria Técnica será composta pelas seguintes instituições e seus representantes:

	INSTITUIÇÃO	NOME	CPF
I	Secretaria de Estado da Educação – SEED/PR / Departamento de Educação Básica – DEB	Cassiano Roberto Nascimento Ogliari	001.452.199-76
II	Secretaria de Estado da Educação – SEED/PR / Departamento de Educação Básica – DEB	Meryna Therezinha Juliano Rosa	922.923.309-97
III	Secretaria de Estado da Educação – SEED/PR / Departamento de Educação Básica – DEB	Maria Regina Bach	400.631.600-30
IV	Secretaria de Estado da Educação – SEED/PR / Departamento de Gestão Escolar – DGE	Laureci Schmitz	632.300.629-49
V	Secretaria de Estado da Educação – SEED/PR / Superintendência da Educação – SUED	Ceuli Mariano Jorge	352.846.339-20
VI	Conselho Estadual de Educação – CEE	Cleto de Assis	055.810.529-72
VII	União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação – UNDIME	Márcia Aparecida Baldini	976.939.609-53
VIII	União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação – UNDIME	Eliane Felício de Souza Tonin	600.706.929-04

IX	União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação – UNDIME	Mário Nogueira da Silva	463.727.769-87
X	União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação – UNDIME	Carla Juliane dos Santos Vilar	026.606.329-74
XI	União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação – UNDIME	Rosa Rodrigues de Carvalho	553.706.089-20

Art. 5.º A participação no Comitê e na Assessoria Técnica não será remunerada e suas atividades não trarão prejuízo às atividades dos respectivos cargos e funções de seus membros.

Art. 6.º Fica revogada a Portaria n.º 66/2018 – GS/SEED, de 19 de fevereiro de 2018.

Art. 7.º Esta Portaria entrará em vigência na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de abril de 2018.

Lucia Aparecida Cortez Martins
Secretária de Estado da Educação
Decreto n.º 9.300/2018

DEB/lga

Anexo 2 - Ofício com relação de substituições de bolsistas na equipe em 2019

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO **REGIME DE COLABORAÇÃO ProBNCC** UNDIME PR

Ofício nº 001/2019 –Coordenação ProBNCC Curitiba, 30 de abril de 2019.

Assunto: Relação de Bolsistas de Formação ProBNCC – Educuação Infantil e Ensino Fundamental

Prezado Senhor,

Conforme Programa de Apoio à Implementação da BNCC – ProBNCC e Documento Orientador 2019 para concessão de bolsas às Equipes de Currículo, encaminhamos relação atualizada da equipe de Bolsistas referente a Educação Infantil e Ensino Fundamental (planilha I), e relação dos bolsistas que foram substituídos a partir desta data (planilha II).

Atenciosamente

Raph Gomes Alves
Coordenador Estadual Consed
CPF: 844.396.881.-87

Marli Regina Fernandes da Silva
Coordenadora Estadual BNCC – Undime
CPF: 278.492.449-15

Ao senhor
Danilo Leite Damon
Coordenador-Geral de Inovação e Interação com o Trabalho – CGIIT/DPR/SEB/MEC
Brasília – DF
Email: apoiobncc@mec.gov.br

Avenida Água Verde, 2140 | Vila Izabel | Curitiba/PR | CEP 80240.900 | Brasil | Fone:41 3340.1500 www.educacao.pr.gov.br

Planilha I. Composição da equipe de Bolsistas ProBNCC EI e EF para os trabalhos em 2019.

Ordem	Nome	Bolsista NOVO	Função na Equipe	CPF
01	Raph Gomes Alves	SIM	Coordenador Estadual - CONSED	844.396.881-87
02	Marli Regina Fernandes da Silva	-	Coordenador Estadual - UNDIME	278.492.449-15
03	Márcia Aparecida Baldini	-	Articulador(a) de Regime de Colaboração	976.939.609-53
04	Ludmila Dimitrovicht de Medeiros	-	Coordenadora de Etapa da Ed. Infantil	031.619.769-67
05	Valéria Rita Crestani De Oliveira	-	Coord. Etapa do Ensino Fund. – anos iniciais	008.139.389-02
06	Meryna Therezinha Juliano Rosa	-	Coord. Etapa do Ensino Fund. – anos finais	922.923.309-97
07	Viviane Barbosa Perez Aguiar	-	Redatora formadora da Educação Infantil	993.724.289-49
08	Mariza Andrade Silva	-	Redatora formadora da Educação Infantil	479.429.089-68
09	Melissa Mariene Fix -	SIM	Redatora formadora da Educação Infantil	032.578.019-63
10	Vilma Lenir Calixto	-	Redatora Form. de Língua Portuguesa	536.718.999-72
11	Ilda de Fátima de Lourdes Oliveira	-	Redatora Form. de Língua Portuguesa	84495383191
12	Elaine De Lourdes Pereira Oliveira	SIM	Redatora Form. de Língua Portuguesa	449.806.719-34
13	Adriana Aparecida Pereira de Souza	SIM	Redator Formadora de Língua Inglesa	004.520.469-12
14	Nilva Conceição Miranda	-	Redator Formadora de Língua Inglesa	519.881.949-20
15	Maria Cristina De Paula Müller	-	Redator Formador de Arte	706.290.219-53
16	Laura Celia Sant Ana Cabral Cava	-	Redatora Formador de Arte	538.643.879-49
17	Alécio Henrique Colombo	-	Redator Formador de Educação Física	049.933.279-27
18	Idimar de Paula Júnior	SIM	Redator Formador de Educação Física	035.788.249-09
19	Catia Joze de Souza Mattoso	SIM	Redator Formador de Matemática	813.628.117-34
20	Regina Aparecida De Oliveira	-	Redator Formador de Matemática	020.623.939-46
21	Silvia Regina Darronqui	SIM	Redator Formador de Matemática	797.661.029-53
22	Eliane Aparecida Candoti	-	Redatora Formadora de História	993.833.909-30
23	Fabio Aparecido Ferreira	SIM	Redator Formador de História	045.406.479-97

24	Fabiano Villatore Ferreira	-	Redator Form. de Ciências da Natureza	034.379.369-56
25	Sandra Andréia Mincachi da Silva	SIM	Redator Form. de Ciências da Natureza	819.510.609-97
26	Rosilaine Terezinha Durigan Mortella	SIM	Redator Form. de Ciências da Natureza	019.858.059-28
27	Margarete Maria Baldini	SIM	Redator Formador de Geografia	031.551.4795-4
28	Simone Carina Baroni	SIM	Redatora Formadora de Geografia	881.919.070-20

Planilha II. Relação de Bolsistas substituídos

Ordem	Nome	Função na Equipe	CPF
01	Abimael Fernando Moreira	Redator Formador de Matemática	005.756.259-88
02	Adriana Xavier da Silva	Redatora Formadora de Geografia	869.109.819-87
03	Agnaldo José De Souza	Redator Formador de História	811.189.889-49
04	Cassiano Roberto Nascimento Ogliari	Coordenador Estadual - CONSED	001.452.199-76
05	Edilson José Krupek	Redatora Form. de Língua Portuguesa	828.608.909-04
06	Fabio Gonçalves Fernandes	Redator Formadora de Língua Inglesa	054.402.499-07
07	Juliana Macedo Balthazar Jorge	Redatora formadora da Educação Infantil	270.046.078-28
08	Lilian Kelly dos Santos Romanholi	Redatora Form. de Ciências da Natureza	020.437.289-54
09	Lucimar Donizete Gusmão	Redator Formador de Matemática	023.930.239-76
10	Marcos Antonio Queiroz	Redatora Formadora de Geografia	007.861.199-77
11	Maria Regina Bach	Redatora formadora da Educação Infantil	400.631.600-30
12	Maria Regina Da Costa Sperandio	Redatora Form. de Ciências da Natureza	711.070.109-34

Anexo 3 - Portaria 117/2019 - GS SEED - Instituição do Comitê Executivo 2019

PARANÁ
GOVERNO
DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 8
Mov. 5

PORTARIA N.º 117/2019 – GS/SEED

Institui o Comitê Executivo Estadual para implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Estado do Paraná.

O Secretário de Estado da Educação e do Esporte, no uso das atribuições legais e regulamentares que lhe são conferidas pelo Art. 4.º da Lei Estadual n.º 19.848, de 03 de maio de 2019, e nos termos dos Art. 205, 210 e 211 da Constituição Federal do Brasil, de 05 de outubro de 1988; da Lei n.º 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996 que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; da Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional da Educação/PNE; da Resolução CNE/CP n.º 2, de 22 de dezembro de 2017; e da Lei n.º 18.492, de 24 de junho de 2015, que aprovou o Plano Estadual de Educação e considerando o contido no protocolado n.º 15.733.058-6,

RESOLVE:

Art. 1.º Instituir o Comitê Executivo Estadual para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Estado do Paraná, com as seguintes atribuições:

I – Encaminhar e tomar decisões sobre o regime de colaboração no nível das secretarias estadual e municipais de educação;

II – Acompanhar o andamento dos trabalhos realizados no âmbito da equipe de Assessoria Técnica, instituída para fins de implementação da BNCC;

III – Convocar, sempre que necessário, os secretários municipais para acompanhamento e monitoramento da implementação da BNCC.

IV – Articular com os demais atores envolvidos, o acompanhamento do processo de implementação da BNCC.

Art. 2.º O Comitê Executivo Estadual, de natureza deliberativa, será composto pelas seguintes instituições e seus representantes:

nserido ao protocolo 15.733.058-6 por: ALCIONE MARTA GURALH em: 20/05/2019 11:26. Assinado por: RAPH GOMES ALVES em: 22/05/2019 14:43. Assinado por: Renato
'eder em: 29/05/2019 11:09. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código:
)2537914e3abe16c591464b0a605169b

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 9
Mos. 5

	INSTITUIÇÃO	NOME	CPF
I	Secretaria de Estado da Educação – SEED/PR	Renato Feder	278.171.268-01
II	Conselho Estadual de Educação do Paraná – CEE/PR	Maria das Graças Figueiredo Saad	655.754.079-34
III	União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação – UNDIME	Marli Regina Fernandes da Silva	278.492.449-15
IV	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME	Ana Lucia Rodrigues	430.833.660-00

Art. 3.º A participação no Comitê não será remunerada e suas atividades não trarão prejuízo às atividades dos respectivos cargos e funções de seus membros.

Art. 4.º Esta Portaria entrará em vigência na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria n.º 278/2018 – GS/SEED, de 19 de fevereiro de 2018.

Curitiba, 20 de maio de 2019.

Renato Feder
Secretário de Estado da Educação e do Esporte

rido ao protocolo 15.733.058-6 por: ALCIONE MARTA GURALH em: 20/05/2019 11:26. Assinado por: RAPH GOMES ALVES em: 22/05/2019 14:43. Assinado por: Renato
er em: 29/05/2019 11:09. Para mais informações acesse: http://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do e informe o código:
37914e3abe16c591464b0a605169b